

## INTERFACES EDUCACIONAIS: A EMPREGABILIDADE DO PROFESSOR DIGITAL

GILSON DE SOUZA OLIVEIRA  
RICARDO REZENDE BERSAN

### RESUMO

O artigo discute sobre as dificuldades encontradas pelos professores na pandemia em relação ao mercado de trabalho e reflete brevemente sobre o papel das redes sociais e mídias digitais como alternativa de empregabilidade para os docentes. Com o fechamento de escolas, faculdades e demais instituições educacionais, educadores e gestores de diferentes níveis de ensino, mas sobretudo aqueles vinculados à rede privada, tiveram sua carga horária reduzida, com ajuste salarial, ou foram demitidos de seus empregos. Diante desse cenário, em que pesem os desafios, muitos profissionais têm buscado se reinventar e encontrado no ambiente virtual um espaço de promoção, criação e venda de conteúdos pedagógicos. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada sobretudo com base bibliográfica, fundamentada em referencial teórico, empreendendo leitura crítica de artigos científicos, além de privilegiar a análise exploratória documental, reunindo um conjunto de dados publicados por instituições de pesquisa e noticiários produzidos especialmente no período de pandemia.

**Palavras-chave:** Docência. Pandemia. Educação. Tecnologias. Mercado de trabalho.

## EDUCATIONAL INTERFACES: THE EMPLOYABILITY OF THE DIGITAL TEACHER

### ABSTRACT

The article discusses the difficulties encountered by teachers in the pandemic in relation to the labor market and briefly discusses the role of social networks and digital media as an employment alternative for teachers. With the closing of schools, colleges and other educational institutions, educators and managers from different levels of education, but especially those linked to the private network, had their workload reduced, with salary adjustments, or were fired from their jobs. Given this scenario, despite the challenges, many professionals have sought to reinvent themselves, and found in the virtual environment a space for the promotion, creation and sale of educational content. The qualitative research was carried out, above all, on a bibliographical basis, based on theoretical framework, undertaking a critical reading of scientific articles, in addition to favoring the exploratory documental analysis, gathering a set of data published by research institutions and news produced especially in the period of pandemic.

**Keywords:** Teaching. Pandemic. Education. Technologies. Job Market.

## INTERFACES EDUCATIVAS: LA EMPLEABILIDAD DEL PROFESOR DIGITAL

### RESUMEN

El artículo analiza las dificultades encontradas por los docentes en la pandemia en relación con el mercado laboral y reflexiona brevemente sobre el papel de las redes sociales y los medios digitales como alternativa de empleabilidad para los docentes. Con el cierre de escuelas, colegios y otras instituciones educativas, los educadores y gerentes de diferentes niveles educativos, pero especialmente aquellos vinculados a la red privada, vieron reducida su carga de trabajo, con ajustes salariales, o fueron despedidos de sus puestos de trabajo. Ante este escenario, a pesar de

los retos, muchos profesionales han buscado reinventarse y han encontrado en el entorno virtual un espacio para la promoción, creación y venta de contenidos educativos. La investigación cualitativa se realizó, sobre todo, con base bibliográfica, basada en un marco teórico, realizando una lectura crítica de los artículos científicos, además de privilegiar el análisis exploratorio de documentos, recogiendo un conjunto de datos publicados por instituciones de investigación y noticias producidas especialmente en el período de la pandemia.

**Palabras clave:** Docencia. Pandemia. Educación. Tecnologías. Mercado laboral.

## INTRODUÇÃO

Os impactos da pandemia não se restringem unicamente ao campo da saúde e da crise sanitária, pois ela afetou praticamente todos os segmentos da vida social, a economia e a geopolítica do Brasil e do mundo. Visando conter a disseminação do vírus e salvar vidas, o que deveria ser prioridade de todos os poderes durante a pandemia, medidas de isolamento social foram admitidas amplamente em diversas partes do globo terrestre.

A despeito dos discursos negacionistas repercutidos em cenário nacional e da retórica fajuta de priorizar a economia brasileira, como se essa pudesse existir sem a participação dos trabalhadores, alguns governos estaduais brasileiros insistiram nas recomendações feitas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e resolveram adotar estratégias de distanciamento social, com fechamento de estabelecimentos, restaurantes, bancos, bares, academias, etc.

Um dos setores mais atingidos pelas medidas de contenção do coronavírus foi o setor de Educação. Com o fechamento de escolas, faculdades e universidades públicas, educadores e gestores educacionais de diferentes níveis de ensino, mas sobretudo aqueles vinculados às instituições particulares, que perderam seus empregos na pandemia ou tiveram redução de jornada, com ajuste salarial, viram-se impelidos a buscar alternativas criativas em tempos de crise, muitos deles encontrando nas redes sociais e nas mídias digitais novas oportunidades para atuarem profissionalmente. Os profissionais da educação infantil da rede particular de ensino aparecem como sendo os mais afetados pelas demissões.

O presente artigo tem por objetivo discutir a questão da empregabilidade entre professores na pandemia e, paralelamente, refletir sobre a utilização das tecnologias de comunicação e das redes sociais como ferramentas facilitadoras para a inserção dos docentes no mercado de trabalho da Educação. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada sobretudo com base bibliográfica, fundamentada em referencial teórico, empreendendo leitura crítica de artigos científicos, além de privilegiar a análise exploratória documental, reunindo um conjunto de relatórios publicados por instituições de pesquisa e noticiários produzidos especialmente no período de pandemia.

## MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO NA PANDEMIA

Números alarmantes se referem ao mercado de trabalho e ao crescimento do desemprego na pandemia. Segundo registrou a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), o desemprego atingiu em maior nível grupos que já enfrentavam desafios para ingressarem no mercado de trabalho, como mulheres, negros e jovens, além dos setores afetados diretamente pelas medidas de restrição de saúde pública adotadas para conter a

disseminação do vírus, como o fechamento de academias, restaurantes e espaços educacionais. Com a crise da Covid-19, muitos trabalhadores passaram da condição de empregados para a total inatividade, em razão, por um lado, das restrições e, por outro, da escassez aguda da demanda do trabalho.

Espera-se uma retomada dos empregos para 2021 e 2022, porém, ainda insuficiente para atacar os impactos ocasionados pela crise. Para este ano, a previsão é de 100 milhões de empregos, e mais 80 milhões para o próximo, ainda de acordo com o relatório publicado em junho pela OIT (2021). Em contrapartida, estima-se um déficit de empregos de 23 milhões para 2022, enquanto a tendência para 2021 é de déficit de 75 milhões de empregos. Além desse cenário de escassez aguda e redução de hora de trabalho, resistem ainda altas taxas de subutilização e de precarização da mão de obra dos trabalhadores informais. Em tese, a projeção global é de 205 milhões de desempregados para 2022, superando significativamente os 187 milhões de desempregos em 2019 (OIT, 2021).

A pandemia da Covid-19 acarretou um momento excepcional em que o mundo está vivenciando suas consequências nefastas e seus impactos são sentidos cotidianamente na vida da esmagadora maioria da população. Para as pessoas em condições mais vulneráveis, a precarização do trabalho, o desemprego e a miserabilidade das condições de vida têm um poder tão devastador quanto o próprio vírus.

De acordo com relatório emitido pelas agências das Nações Unidas, a fome aumentou em 2020, e o quadro de subnutrição que permanecia quase que inalterado nos últimos cinco anos subiu de 8,4% para 9,9% no período de apenas um ano. A projeção é de que entre 720 e 811 milhões de pessoas tiveram de enfrentar a fome no ano passado. Os dados sinalizam para o grande desafio que será alcançar a meta de acabar com a fome até 2030 (FAO, 2021).

O Brasil tem mantido taxas recordes de desemprego, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) divulgados em julho deste ano. Até o trimestre encerrado em maio de 2021, o desemprego havia chegado em 14,6%, a segunda maior taxa desde 2012, atingindo 14,8 milhões de brasileiros. “A taxa recorde (14,7%) foi registrada nos dois trimestres móveis imediatamente anteriores, fechados em março e abril”, conforme apontou a Barros (2021) na Agência de Notícias do IBGE. Ainda segundo Barros (2021), o contingente populacional na força de trabalho, que corresponde a pessoas ocupadas e desocupadas, apresentou crescimento de 1,2%, comparado ao mesmo trimestre de 2020, e aumento de 0,9% para os ocupados, todavia, essa elevação reflete em grande medida a categoria de empregados por conta própria, única categoria profissional que experimentou tal crescimento no período.

Como se pode ver, uma das consequências mais nefastas da pandemia tem sido o aumento exponencial do desemprego, acarretando também o aprofundamento das desigualdades e o crescimento do contingente de subocupados, informais, terceirizados, autônomos sem quaisquer perspectivas, flexibilizados e precarizados. Segundo Costa (2020), atualmente mais de 50% da classe trabalhadora se acham em condição de informalidade, o que demanda muito mais do que ajuda emergencial por parte dos governos, mas sobretudo uma nova agenda política que privilegie impulsionar o desenvolvimento econômico e humano.

[...] aqui, a informalidade é concebida em sentido amplo –, desprovida de direitos, fora da rede de proteção social e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento

salarial acentuado, perda crescente de direitos – esse é o desenho mais frequente da classe trabalhadora. (COSTA, 2020, p. 972).

Uma das medidas adotadas pelo governo brasileiro como forma de reduzir os impactos negativos da crise no mercado de trabalho e evitar demissões foi a Medida Provisória nº 936/2020, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e estabeleceu como ações concretas “[...] o pagamento de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários; e a suspensão temporária do contrato de trabalho” (BRASIL, 2020).

Costa (2020), contudo, ressalta que o programa não só reforça a precarização do trabalho como contempla apenas os trabalhadores formais vinculados aos setores privados e diretamente afetados pela redução de jornada e suspensão dos contratos de trabalho, podendo os demais funcionários da empresa serem dispensados.

Corroborando tal discussão, Vieira e Vailon (2020, p. 99) concluem pela inconstitucionalidade da medida, que representa retrocessos nas leis trabalhistas em um momento em que os trabalhadores mais precisavam de proteção social:

[...] o seu artigo 2º dispõe no sentido de que os acordos individuais entre empregado e empregador têm prevalência sobre a negociação coletiva e as leis, o que contradiz o texto constitucional que supostamente deveria ser respeitado [...] é nítida a preferência pelo acordo individual, que contrariando a legislação trabalhista ordinária – especialmente a CLT – ganha contornos prevalentes. Assim, coloca-se a negociação coletiva em segundo plano, privilegiando a tratativa direta entre empregador e trabalhador.

Ao colocar a negociação individual em prevalência sobre a negociação coletiva, de acordo com essas autoras, o programa coloca mais uma vez o trabalhador em vulnerabilidade ante o poder econômico do empregador; apenas a negociação coletiva, mediada pelo sindicato como representante da classe trabalhadora, pode exercer força negociadora nesse sentido (VIEIRA; VAILON, 2020).

Em relação ao setor educacional, com a pandemia, o modelo de ensino remoto foi amplamente incorporado em todos os níveis de escolaridade, alcançando também a educação básica. Isso, no entanto, não foi suficiente para evitar o fechamento de escolas, as demissões de profissionais da área, especialmente professores da educação infantil da rede particular, que estão entre os mais prejudicados pelas demissões. O segmento é responsável por mais de 70% dos desligamentos, com cerca de mais de 300 mil docentes demitidos (TOMÉ, 2021). Os dados também são da Federação Nacional de Escolas Particulares, cuja estimativa é de que cerca de 10% das escolas de educação infantil da rede privada foram fechadas em todo o país até pelo menos agosto do ano passado (REDE FENEP, 2021). Estados como Bahia (NATIVIDADE, 2020), Distrito Federal (G1, 2021), Minas Gerais (FONTES, 2021) e tantos outros vivenciam essa realidade.

Não obstante, docentes de todos os níveis de ensino têm sido impactados com as demissões em massa, da educação básica ao ensino superior. Notícia de São Paulo deu conta de que mais de 1.800 professores de instituições privadas de ensino superior haviam perdido seus empregos em meio à pandemia, segundo dados registrados pelo Sindicato dos Professores de São Paulo (SinproSP) (ANDRIGHETTO, 2020). Em contrapartida, as salas

virtuais estão cada vez mais lotadas, com forte sucateamento do ensino a distância (VIEIRA, 2020).

Em que pesem os impactos da pandemia sobre o sistema educacional, especialistas e professores apontam também que a justificativa das demissões em razão da evasão de alunos e número reduzido de matriculados nas faculdades privadas não se sustenta por si só. Se, por um lado, as instituições optam pelas demissões de professores contratados em regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), por outro, contratam novos docentes, só que agora como pessoa jurídica (PJ) (VIEIRA, 2020).

A mudança aqui é significativa porque, conforme explicam Silva e Ravnjak (2020, p. 757), PJ é a forma de contratação que, em tese, afasta o vínculo de emprego, “[...] impondo ao trabalhador a subsunção às condições da precarização, mitigando direitos trabalhistas ou até mesmo os eliminando, lançando o trabalhador à sua própria sorte”. Em regime de PJ, o trabalhador deixa de ser vinculado à empresa como funcionário com carteira assinada e passa a ser identificado como prestador de serviço, fenômeno chamado de *pejotização*.

A nova legislação criou uma espécie de ‘autônomo exclusivo’, de modo que a pessoa jurídica presta o seu serviço para uma única empresa e de modo contínuo, sem que isso caracterize, em tese, o vínculo empregatício. A tentativa foi de facilitar a *pejotização*, afastando alguns requisitos do artigo 3º da CLT, essa flexibilização, portanto, quando tem por objetivo a maximização de dividendos somente, destrói o sistema protetivo do trabalhador. Ao lançar mão desse instrumento, o empregado tem negados direitos de limitação da carga horária, do 13º salário, verbas rescisórias, salário mínimo, férias, além de auxílios doença e reclusão, ou licença-maternidade, somado ao fato de arcar com as despesas da abertura de uma PJ. (SILVA; RAVNJAK, 2020, p. 757).

Nessa acepção, os empresários da Educação têm se aproveitado do momento de pandemia para intensificar e acelerar os processos de precarização do ensino, visando reduzir os custos trabalhistas e garantir seus lucros. Os impactos da pandemia na Educação também giram em torno da própria formação dos profissionais; embora esse não seja o foco desta pesquisa, vale enfatizar que cerca de 70% da população estudantil já foi impactada com o fechamento das instituições educacionais. No Brasil, só no ano passado, o número chegava a 52 milhões de alunos afetados pela situação (PALUDO, 2020).

A educação técnica, profissionalizante, as instituições de treinamento e educacionais, de forma geral, têm sofrido um processo de interrupção massiva, apesar do formato remoto, afetando, além da empregabilidade dos professores, a qualidade do ensino ofertado e a permanência do estudante nas escolas. De acordo com relatório da OIT, em 2020, metade dos jovens estudantes pesquisados relataram um provável atraso na conclusão de seus cursos em decorrência da pandemia, enquanto 10% admitiram ser incapazes de terminar os estudos.

Ademais dos problemas já mencionados, os professores também têm encontrado inúmeras outras dificuldades durante o período; aqueles que continuam em seus empregos viram sua demanda de trabalho aumentar exponencialmente, devido à urgência do ensino remoto, e com ela o aumento do desgaste físico e emocional. Todos esses novos desafios exigiram dos profissionais da Educação que se reinventassem e recorressem a alternativas criativas de inserção no mercado de trabalho. Para sobreviverem em meio a

essa crise, admitem empregos autônomos e informais; muitos ainda não desistem da Educação, valendo-se de aulas particulares, ensino domiciliar e venda de conteúdo pedagógico na internet.

## **DESAFIOS À EMPREGABILIDADE DOS DOCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Conforme a pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos para o Grupo Santander, “[...] a empregabilidade é a maior preocupação da comunidade acadêmica brasileira, ouvindo mais de nove mil estudantes e professores em 19 países, cerca de 850 acadêmicos no Brasil” (PAULO; ALMEIDA; CARVALHO, 2020, p. 87). De acordo com 54% dos entrevistados, é preciso que haja melhorias em relação à inserção do estudante no mercado de trabalho, já 63%, em um universo de 849 ouvidos no Brasil, responderam que as universidades não têm sido efetivas em preparar os alunos para as competências demandadas pelas empresas.

De pesquisa realizada por Silveira (2001), tem-se que a empregabilidade é, em tese, a capacidade que os trabalhadores demonstram de desenvolverem competências e habilidades necessárias às novas demandas do mundo laboral. São capacidades gerais, que não se restringem apenas a um único emprego, as quais, ao serem amplamente desenvolvidas, possibilitam que o profissional se mantenha inserido no mundo do trabalho, de maneira que se torne apto a encontrar soluções aos problemas colocados, acompanhar as novas tendências do mercado trabalho e adquirir independência profissional, desenvolvendo amplamente suas próprias ferramentas e atividades profissionais, sem necessariamente depender de um vínculo com uma determinada empresa.

A sobrevivência dentro do mercado laboral e a posição que os indivíduos ocupam dentro dele dependeriam, portanto, unicamente de condições subjetivas e da capacidade dos sujeitos de desenvolverem as características que os empregadores definem como sendo competências. Há nessas concepções um silêncio ensurdecador e proposital acerca das realidades concretas vivenciadas pelos diferentes sujeitos na busca por emprego. Dentro de tal perspectiva, parece que todos os indivíduos usufruem das mesmas oportunidades e partem dos mesmos lugares sociais; o desenvolvimento de competências aparece totalmente alheio às relações sociais, como apontou Machado (1998, p. 21):

O modelo da empregabilidade para a competência obedece, portanto, a uma lógica orientada para a busca do imediato e a valorização pela obtenção do sucesso individual. Mas este processo contribui para atomizar os indivíduos e seu distanciamento recíproco, pois eles são desencorajados a refletir sobre a totalidade concreta e a se mobilizar em direção a qualquer iniciativa que extrapole e questione estas relações, que se volte para a uma ação conjunta de busca de uma alternativa de melhoria coletiva.

Os discursos em torno da empregabilidade, da educação básica e do desenvolvimento de novas competências têm encontrado obstáculos em contato com a realidade objetiva, realidade essa que evidencia que as práticas docentes se desenvolvem sob condições materiais concretas (MACHADO, 1998). A preocupação com a inserção dos profissionais da Educação no mercado de trabalho é anterior ao cenário de pandemia, mas

esta aprofundou significativamente os desafios enfrentados pelos educadores e gestores educacionais.

Em meio à crise, tem-se assistido ao agravamento das condições precárias de trabalho na Educação, com ampliação da informalidade, desregulamentação de contratos, aumento exponencial da insegurança no emprego, extinção de postos de trabalho e crescimento alarmante do desemprego estrutural (MACHADO, 1998). Essas questões não dependem da capacidade individual dos sujeitos, mas dizem respeito ao movimento concreto do mercado de trabalho.

Com as escolas fechadas, para onde os professores desempregados encaminhariam seus currículos? O próprio Estado não tem conseguido agregar todos os docentes formados, especialmente os recém-formados. Como destacam Paulo, Almeida e Carvalho (2020), a formação inicial não tem sido suficiente para garantir a estabilidade profissional dos educadores, sendo apenas um ponto de partida para a entrada desses profissionais no mercado de trabalho, sejam em escolas públicas ou particulares.

Dentre os desafios mais comentados, estão a ausência de experiência profissional e a falta de formação continuada (pós-graduação) entre os recém-formados. Nas palavras dos autores supracitados, “[...] nesta perspectiva, o professor deve percorrer um caminho após o curso de graduação, visando consolidar seus conhecimentos e práticas na sala de aula, pois o suporte teórico contribui e aprimora de modo significativo com a capacitação do professor” (PAULO; ALMEIDA; CARVALHO, 2020, p. 85).

Mesmo após inseridos no mercado laboral, professoras e professores brasileiros, principalmente os da educação básica, têm de enfrentar outras dificuldades tão perversas quanto o desemprego, que, consoante Paludo (2020), compreende desvalorização profissional, carga horária extraclasse, remuneração e condições precárias de trabalho e contratos temporários, o que obviamente não se trata de uma abordagem nova para os educadores e pesquisadores da área de Educação.

Não foi a pandemia que originou a precarização da classe professoral, todavia, é inegável que seus reflexos trouxeram o aumento da demanda de trabalho, acentuaram a necessidade de adaptação das práticas pedagógicas e intensificaram os processos de precarização das condições laborais dos docentes, sem nem ao menos, em muitos casos, uma contrapartida de estabilidade profissional e formação continuada. “A desvalorização do docente anda, lado a lado, com a precarização da formação dos mesmos, afinal, 29% dos docentes brasileiros exercem outra atividade econômica para complementar a renda” (PALUDO, 2020, p. 47).

Além disso, o número de desligamentos por morte na área da Educação tem crescido no país. Os dados são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que destaca que, somente nos quatro primeiros meses de 2021, o percentual de contratos de trabalho extintos por morte cresceu 128% para esse setor, em comparação com o mesmo período de 2020, num total de 1.479 desligamentos entre janeiro e abril deste ano. Entre os cinco setores com maior aumento da quantidade de desligamentos por morte, a Educação é o que, em números concretos, mais teve contratos extintos por óbitos – Serviços Domésticos (3); Eletricidade e Gás (132); Informação e Comunicação (672); Educação (1.479); Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (794). O boletim referente a junho de 2021 não chega a apontar as causas para as mortes, mas sinaliza para uma possível ligação com os casos de Covid-19. “O aumento no número de desligamentos por morte entre os trabalhadores da educação foi mais acentuado nos

três estados com as maiores taxas de mortalidade por covid-19: Rondônia, Amazonas e Mato Grosso” (DIEESE, 2021, p. 1).

Há todo tipo de dificuldade com a qual professoras e professores têm se deparado no período da Covid-19. A Educação brasileira sofre processos contínuos de desmontes, e o trabalho remoto impõe maior sobrecarga na vida dos trabalhadores, sobretudo das mulheres, que repercute em desgastes físicos e emocionais, a começar pela dimensão espacial, completamente afetada pelo *home office*. A esse respeito, Paludo (2020, p. 49) relata:

Em minha trajetória como docente da educação básica pela rede privada durante a quarentena, não são raros os momentos em que minha vida pessoal é confundida com a vida particular. A começar pela dimensão espacial. Pela necessidade de um local com melhores condições para ministrar aulas e na impossibilidade de furar a quarentena, o quarto tornou-se a sala de aula. O espaço que antes era de repouso, agora é um espaço de trabalho. O Whatsapp, assim como o Instagram, que antes era de uso particular, agora também são ferramentas de contato profissional, a fim de possibilitar maior interação do professor com o estudante, tirar dúvida, indicar prazos, etc. Sem contar os grupos que demandam atenção. A pesquisa da Nova Escola (2020) aponta que as plataformas mais utilizadas pelos professores para contatar as famílias e alunos são, nessa ordem, o Whatsapp, o Facebook e por último o portal da instituição. Portanto, as dimensões pública e privada se confundem, assim como os horários.

Esse retrato, em que se confunde o espaço pessoal/privado com os espaços de demandas profissionais, também não é restrito exclusivamente à pandemia, já que a profissão tende a exigir dos professores que esses dividam seu tempo entre preparar aulas para depois aplicá-las em sala de aula, sem contar na correção de avaliações (PALUDO, 2020). O cenário pandêmico e o contexto virtual, porém, intensificaram a sobrecarga de trabalho e, conseqüentemente, o dispêndio emocional dos docentes. Nas palavras de Oliveira e Santos (2021, p. 39195), “[...] o trabalho remoto tende de certa forma a sobrecarregar o professor, agregando a ansiedade, o estresse e outros sintomas relacionados com a saúde mental que estão em alta escala entre os professores neste momento de pandemia”.

O próprio uso de tecnologias e da internet, inclusive, constitui um grande desafio e carga de estresse para os docentes, uma vez que muitos desses profissionais não se sentem capazes, tampouco são formados para integrarem às suas práticas e metodologias as redes sociais e o universo digital, ou ainda não possuem todas as ferramentas e estruturas necessárias para a incorporação das mídias digitais. A inserção de tecnologias no contexto da Educação já demandava dos docentes e discentes instrução e formação prática para manejo das ferramentas digitais, mas agora, no contexto de aulas remotas, as necessidades ampliaram-se e tornaram-se ainda mais complexas, como aponta Paludo (2020, p. 49):

Muitas vezes, ocorre a utilização de múltiplas plataformas ou aplicações digitais para ensino, uma para as videochamadas, outra para as atividades, uma terceira para avaliações, inúmeras para comunicação, etc. Assim, não

existe uma ‘pasta’ que contenha as provas a serem corrigidas, em que o material necessário é tempo, uma mesa e canetas. Agora é necessário domínio sobre os meios tecnológicos, conhecimento das possibilidades e limitações das plataformas, cuidado redobrado com o plágio nos trabalhos, organizar o recebimento de atividades nas inúmeras plataformas, etc.

Com o formato de aulas remotas, o domínio da tecnologia tem se tornado imprescindível aos educadores; não basta apenas o desenvolvimento de habilidades criativas para a utilização dos meios digitais, é necessário desenvolver competências técnicas que possibilitem aos professores acessar e manejar as diferentes plataformas e equipamentos disponíveis. Contudo, de acordo com o que revelou a pesquisa realizada pela Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG, 2020), apenas 28,9% dos professores participantes responderam ter familiaridade com os recursos tecnológicos digitais.

As dificuldades tendem a ser ainda maiores quando esses profissionais não encontram apoio institucional ou não contam com qualquer tipo de treinamento para lidar com os novos dispositivos: 53,6% dos entrevistados das redes municipais estavam nessa situação, ante 24,6% dos docentes das redes estaduais. “Entre os(as) professores(as) que relataram ter participado ou estar participando de atividades de formação para o uso de tecnologias digitais, a maior parte afirma que essas atividades são oferecidas pelas Secretarias de Educação” (GESTRADO, 2020, p. 10).

Os desafios pedagógicos caminham em consonância com o contexto atual do mercado de trabalho e desemprego entre docentes. Atualmente as mídias digitais não só constituem ferramentas de ensino e aprendizagem como também dispositivos para a produção, promoção e venda de conteúdo pedagógico na internet. Essas também não são exclusividade da pandemia, pois, bem antes disso, professoras e professores já ocupavam as redes sociais oferecendo serviços de aulas particulares, bem como produzindo videoaulas.

Todavia, com uma demanda cada vez maior por emprego entre os docentes, a simples oferta de serviços na internet ou a divulgação em grupos específicos nas redes sociais não tem sido suficiente, haja vista que é necessário se destacar – de maneira a obter uma contrapartida sólida dos clientes – e conseguir se efetivar no mercado de trabalho *on-line*. Para tanto, muitos profissionais têm investido esforços na produção de conteúdo estratégico em suas redes sociais a fim de atingir o público-alvo.

Mais do que simples números de curtidas e seguidores, os professores particulares que se acham integrados às redes sociais ou iniciaram mais recentemente suas carreiras nesse nicho estão em busca de um percentual significativo de vendas de seus produtos e serviços. Para tanto, bem como visando se destacarem em um mercado cada vez mais concorrido, recorrem a formatos elaborados de *marketing* digital e adotam estratégias diferenciadas para entregar o seu conteúdo.

O *marketing* digital se caracteriza pela utilização de meios digitais para a criação, promoção e divulgação de um produto ou serviço, com o objetivo de relacionar as pessoas com determinados negócios, empresas ou marcas. Envolve um conjunto de ações e de atividades estratégicas que, além de desenvolver a identidade dos produtos, também busca estabelecer uma comunicação facilitadora entre vendedor e clientes em potenciais (ANTAS; KANAANE, 2016).

As redes mais populares para esse tipo de atividade são Instagram, Facebook, Youtube e LinkedIn, além do Twitter e do Pinterest. Por meio delas, além de serem disponibilizados conteúdos educativos e materiais pedagógicos, são divulgados produtos e serviços de aulas particulares, mentorias e consultorias acadêmicas, vendas de cursos *on-line*, apostilas de estudos, palestras, banners e videoaulas. Só a *hashtag* “professor digital” no Instagram conta com mais de cinco mil publicações; “professora digital”, com mais de mil; além de “*marketing professor*”, “professor empreendedor”, entre outras.

É crucial, dentro desse contexto, que esses profissionais, para se inserirem qualitativamente no universo digital, inclusive com potencial competitivo, desenvolvam competências tecnológicas relativas ao domínio de dispositivos voltados à internet; competências didáticas, referentes à produção de conteúdo; e tutoriais, privilegiando a comunicação assertiva e adequação ao público que deseja atingir (ANTAS; KANAANE, 2016).

Essas expectativas evidenciam que não basta ao profissional da Educação, na sua busca por se tornar um professor digital, ter o currículo qualificado ou uma boa interação com as redes sociais e recursos tecnológicos. Obviamente que o exercício de funções técnicas e intelectuais é imprescindível, mas ele precisa agora, mais do que nunca, saber vender toda a sua experiência e conhecimento e aprender a lidar com a lógica do mercado consumidor e com a psicologia social do consumo.

A internet é a vitrine, e a primeira impressão é a que fica. O conteúdo visual, portanto, constitui ferramenta fundamental, mas também desafiadora, para lidar com aplicativos de edição de fotos e vídeos, para assumir uma postura confiante e para desenvolver uma comunicação assertiva. O conteúdo, além de ser informativo, deve ser atrativo, envolvente, de maneira a convencer as pessoas de que elas precisam de fato dos serviços e produtos oferecidos pelos professores particulares (DARZI, 2020). Em contrapartida, é oferecida uma amplitude de cursos *on-line* de *marketing* voltados para os educadores, grátis e pagos, que prometem conduzi-los nessa empreitada em direção ao universo digital e ao empreendedorismo libertador, cujo objetivo é alcançar independência financeira, sucesso profissional e autonomia das práticas pedagógicas.

É certo que se trata aqui de um determinado nicho de professorado e que tais atividades também estão propensas a esbarrarem em muitos dos obstáculos já mencionados anteriormente. A internet não é para todos, embora devesse sê-lo; assim como muitos alunos, grande parte dos docentes encontra dificuldades para adentrar no universo do digital e acessar toda a estrutura tecnológica necessária e infraestrutura domiciliar, como contratação de serviços de internet de qualidade e equipamentos de tecnologia (PALUDO, 2020).

As redes sociais têm constituído uma das alternativas, porém, não a única, tampouco a mais acertada. Ademais, professores que se arriscam também estão suscetíveis à instabilidade profissional ou propensos a cederem a uma lógica de produtividade meramente mercadológica, em detrimento do real comprometimento com a aprendizagem coletiva que o ambiente virtual tem potencial para promover.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto, buscamos, por um lado, identificar os desafios encontrados pelos professores em relação ao mercado de trabalho na pandemia; por outro, buscamos sinalizar para as novas possibilidades forjadas por esses profissionais em meio à crise

sanitária instalada no Brasil e no mundo, destacando as contribuições e os limites das plataformas digitais para a produção, promoção e venda de conteúdos pedagógicos e práticas docentes.

A pandemia da Covid-19 trouxe – e continua causando – consequências das mais nefastas para a humanidade; ela, no entanto, não foi responsável por originar as desigualdades sociais, a extrema pobreza e a fome no mundo – ou a precarização das condições de vida de milhares de trabalhadores. Não obstante, chama-se a atenção para o agravamento das problemáticas sociais no contexto atual, sobretudo em relação à Educação, mais especificamente no que tange às condições de emprego com as quais se depara a classe professoral em meio à crise.

Se, por um lado, o contexto exige dos professores que se adaptem à nova realidade, que desenvolvam capacidades criativas e inovadoras, bem como maior interação e melhor formação para lidar com as redes sociais e tecnologias; por outro lado, esses profissionais não têm encontrado as condições concretas necessárias ao desenvolvimento de suas competências.

As privações sociais, as incertezas materiais, a instabilidade profissional e o aumento da demanda de trabalho constituem verdadeiros obstáculos à qualidade de vida dos docentes. As redes sociais, sem dúvidas, são ferramentas de interação social e profissional, contudo, encontrar alternativas, isto é, uma docência autônoma, deve ser produto de escolhas, e não de falta de oportunidades de emprego.

## REFERÊNCIAS

ANDRIGHETTO, Fábio. Mais de 1.800 professores universitários foram demitidos em meio à pandemia em SP. *Catraca Livre*. 29 ago. 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/educacao/mais-de-1-800-professores-universitarios-foram-demitidos-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ANTAS, André Giovanini; KANAANE, Roberto. Contribuições das plataformas digitais na prática docente do marketing digital. In: WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA, 11., 2016, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2016. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/274/feb224d05540182c55e24094528d341e.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BARROS, Alerrandre. *Desemprego fica em 14,6% no trimestre até maio e atinge 14,8 milhões de pessoas*. Brasília, DF: IBGE, 2021. [https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:\\_d6xacdilrsj:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31255-desemprego-fica-em-14-6-no-trimestre-ate-maio-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas+&cd=1&hl=pt-br&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_d6xacdilrsj:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31255-desemprego-fica-em-14-6-no-trimestre-ate-maio-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas+&cd=1&hl=pt-br&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 2 maio 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. Medida provisória nº 936/2020, de 1º de abril de 2020. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 abr. 2020. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-936-de-1-de-abril-de-2020-250711934>. Acesso em: 29 jul. 2021.

COSTA, Simone da. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 969-978, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/sgwcfyfzjzrdwgdjykc dhnt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DARZI, Rodrigo. Marketing digital para professores: o que você precisa saber. *Agência IMMA*, 16 maio 2020. Disponível em: <https://www.agenciaimma.com.br/marketing-digital-para-professores-o-que-voce-precisa-saber/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

DIEESE. *Boletim emprego em Pauta*. Número 21 – junho de 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimempregoempauta21.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. *Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia*. 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimespecial03.html>. Acesso em: 2 ago. 2021.

FAO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021*. Rome: FAO, 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>. Acesso em: 21 ago. 2021.

FONTES, Letícia. Sem emprego, professores de Minas Gerais recorrem ao ensino domiciliar. *O Tempo*, Belo Horizonte, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/sem-emprego-professores-de-minas-gerais-recorrem-ao-ensino-domiciliar-1.2450060>. Acesso em: 21 ago. 2021.

G1. Sobe para 1,3 mil total de professores de escolas particulares do DF demitidos durante pandemia, diz sindicato. *G1*, Distrito Federal, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/01/14/sobe-para-13-mil-total-de-professores-de-escolas-particulares-do-df-demitidos-durante-pandemia-diz-sindicato.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GESTRADO. Trabalho docente em tempos de pandemia - relatório técnico. Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: [https://www.uncme.org.br/gerenciador/kcfinder/upload/files/cnte\\_relatorio\\_da\\_pesquisa\\_covid\\_gestrado\\_v02.pdf](https://www.uncme.org.br/gerenciador/kcfinder/upload/files/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v02.pdf). Acesso em: 30 jul. 2021.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD Covid-19*. Jun. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101737.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

INTERNATIONAL Labour Organization (OIT). *ILO Monitor: Covid-19 and the world of work*. Fourth edition Updated estimates and analysis. 2020. Disponível em:

[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/--dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_745963.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/--dcomm/documents/briefingnote/wcms_745963.pdf). Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. World employment and social outlook. 2021. Disponível em:

[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/--dcomm/--publ/documents/publication/wcms\\_795453.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/--dcomm/--publ/documents/publication/wcms_795453.pdf). Acesso em: 18 jul. 2021.

MACHADO, Lucília. Educação básica, empregabilidade e competência. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n. 3, p. 16-31, 1998. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8681/6188>. Acesso em: 28 jul. 2021.

NATIVIDADE, Priscila. Crise deve demitir 30 mil profissionais de escolas particulares

baianas até o fim do ano. *Correio*, Salvador, 30 ago. 2020. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/crise-deve-demitir-30-mil-profissionais-de-escolas-particulares-baianas-ate-o-fim-do-ano/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

OIT. *Danos da Covid-19 a longo prazo: recuperação lenta do emprego e risco de aumento da desigualdade*. Brasília, DF: OIT, 2021. Disponível em:

[https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_797490/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_797490/lang--pt/index.htm). Acesso em: 21 ago. 2021.

OLIVEIRA, Erik Cunha; SANTOS, Vera Maria dos. Adoecimento mental docente em tempos de pandemia. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 39193-39199, 2021.

Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/brjd/article/view/28307>.

Acesso em: 5 ago. 2021.

PALUDO, Elias Festa. Os desafios da docência em tempos de pandemia. *Revista Em Tese*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 44-53, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n2p44/44232>.

Acesso em: 28 jul. 2021.

PAULO, Francivone da Costa; ALMEIDA, Ilda Neta Silva de; CARVALHO, Valter Domingos Rezende. Os obstáculos encontrados pelos recém-formados de Pedagogia na busca do seu primeiro emprego: a formação inicial não é o suficiente. *Revista Multidebates*, Palmas, v. 4, n. 1, p. 79-88, 2020. Disponível em:

<http://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/238/178>. Acesso em: 28 jul. 2021.

REDE FENEP. Na penúria, escolas de educação infantil fecham as portas durante a pandemia. *Rede Fenep*, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.fenep.org.br/single-de-noticia/nid/na-penuria-escolas-de-educacao-infantil-fecham-as-portas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

SILVA, Maria Fernanda Braga; RAVNJAK, Leandro Luciano Silva. Pejotização e precarização da relação de emprego. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros, v. 4, p. 756-767, 2020. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/1468>.

Acesso em: 30 jul. 2021.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

TOMÉ, Milena Flor. Professores da educação infantil perdem emprego. *AGE*, São Paulo, 24 maio 2021. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/professores-da-educacao-infantil-perdem-emprego>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VIEIRA, Bárbara Muniz. Faculdades particulares de SP lotam salas virtuais com até 180 alunos e demitem mais de 1.600 professores durante a pandemia. *G1*, São Paulo, 2 set. 2020. Disponível em: [https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/02/faculdades-particulares-de-sp-lotam-salas-virtuais-com-ate-180-alunos-e-demitem-mais-de-1600-professores-durante-pandemia.ghtml?fbclid=iwar1ztyghud\\_lyw-jvhayb-nwyuhilxxdr67w3-zglrjsta6t5ay71ju-huk](https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/02/faculdades-particulares-de-sp-lotam-salas-virtuais-com-ate-180-alunos-e-demitem-mais-de-1600-professores-durante-pandemia.ghtml?fbclid=iwar1ztyghud_lyw-jvhayb-nwyuhilxxdr67w3-zglrjsta6t5ay71ju-huk). Acesso em: 29 jul. 2021.

VIEIRA, Regina Stela; VAILON, Kauane. Negociação coletiva de trabalho nos momentos de crise: análise das medidas provisórias 927 e 936/2020, decisões do Supremo Tribunal Federal e recomendações do Ministério Público do Trabalho. *Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 96-110, 2020. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/6630>. Acesso em: 2 ago. 2021.

*Submetido em Agosto de 2021 .  
Aprovado em dezembro de 2022.*

#### **Autoria**

##### **GILSON DE SOUZA OLIVEIRA**

Pedagogo, MBA em Gestão Estratégica do Ensino Superior; Mestre e Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação e Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor do Educação Básica e do Ensino Superior, atuando, de modo especial, com a formação inicial e continuada de professores

**E-mail:** gilsongili@yahoo.com.br

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0002-4590-1289>

**Lattes:**

##### **RICARDO RESENDE BER**

Possui graduação em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2006), graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (1999), graduação em Licenciatura em Sociologia pela Faculdade Alfa América (2018), mestrado em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2011) e doutorado em Educação - Universidad Interamericana (2022). Atualmente é procurador jurídico - Procuradoria Jurídica de Muriaé e professor adjunto da Faculdade de Minas - Muriaé. Tem experiência na área de

---

Direito, com ênfase em Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: política internacional, ensino fundamental, aprendizado ativo, deficiência e soberania.

**E-mail:** [rbersan@gmail.com](mailto:rbersan@gmail.com)

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0001-8346-9880>

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7012073665099096>